

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Prefeitura Municipal de
São Luís

GESTÃO 2013 A 2016

PREFEITO: Edivaldo Holanda Jr

SECRETÁRIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: Vanilma de Fátima Tati Araújo Lima

Produzido por:

MARIA AUGUSTA BEZERRA DA SILVA

Versão 01 – 10/04/2013

COLABORADORES:

SECRETÁRIO ADJUNTO SEMIT – Marcus Lopes Murad

ASSESSORIA JÚRIDICA - Bruno Santos Corrêa

ASSESSORIA TÉCNICA

MarcosTadeu Rezende de Araújo – Chefe da Assessoria Especial

Alice dos Prazeres Silva Vinhaes - Assessora Técnica

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA DE RECURSOS TECNOLÓGICOS E INFRA-ESTRUTURA

Roscio Guimarães Brito

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Fabricao dos Santos Ferreira

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA DE SISTEMAS

Roger José Souza da Oliveira

Secretaria Extraordinária Municipal do Orçamento Participativo – SEMOP

Secretaria Municipal de Administração – SEMAD

Secretaria Municipal de Meio Ambiente SEMMAM

Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM

Instituto de Previdência e Assistência do Município – IPAM

Secretaria Municipal de Segurança Alimentar – SEMSA

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento SEPLAN

Escola de Governo e Gestão Municipal- EGGEM

Instituto municipal da Paisagem Urbana IMPUR

Secretaria Municipal de Turismo SETUR

Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ

Secretaria Municipal de Urbanismo SEMUR

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SUMÁRIO

1. Introdução	4
1.1. Finalidade	5
1.1.1 Qualidade	5
1.1.2 Cidadania	5
1.2. Escopo.....	5
2. Secretaria Municipal de Informação e Tecnologia.....	5
2.1. Missão.....	5
2.2. Visão.....	5
2.3. Valores	5
2.4. Organograma.....	6
2.5. Atribuições.....	6
3. Situação Atual	7
3.1. Constatações:.....	7
3.2. Divergências e Inadequação Hierárquica dos Órgãos de TI.....	7
3.3. Recursos Humanos Técnicos de TI.....	7
3.4. Capacitação de Pessoal Técnico de TI.....	8
3.5. Capacitação de Usuários Finais.....	8
3.6. Hardware.....	8
3.6.1. Diversidade de Configurações.....	8
3.6.2. Distribuição Quantitativa Atual e Necessidades.....	8
3.6.3. Proposição para aquisição/locação de Hardware.....	9
3.7. Infraestrutura de Comunicação, Telefonia, Redes LAN e WAN.....	9
3.7.1. Rede Corporativa Metropolitana Melhoria e Ampliação.....	9
3.7.2. Adoção de plataformas VoIP (telefonia IP).....	10
3.8. Segurança da Informação	11
3.8.1. Ausência de Política de Segurança.....	11
3.8.2. Implementação de uma Política de Segurança da Informação.....	11
3.8.3. Contratação de Consultoria Específica.....	13
3.8.4. Implementação de Soluções Robustas.....	13
3.9. Data Center	14
3.10. Sistemas de Informação	14
3.10.1. Ausência de Padrão	14
3.10.2. Redundância.....	14
3.10.2.1. Sistemas Redundantes.....	14
3.10.3. Baixo Nível de Integração.....	14
3.10.4. Proposição:.....	15
3.10.4.1. Redefinição de Atribuições da Gestão de Sistemas	15
3.10.4.2. Atribuições.....	15
3.10.4.2.1. Projetos:.....	15
3.10.4.2.2. Apoio/Documentos.....	15
3.10.4.2.3. Testes/Qualidade do Produto.....	15
3.10.4.2.4. Suporte à qualidade da informação corporativa.....	15
3.10.4.2.5. Treinamento de Sistemas/ Capacitação dos Usuários.....	16
3.11. Software.....	16
3.11.1. Softwares	16
3.11.2. Ausência de Homologação dos Softwares.....	16
3.11.3. Plataforma de Banco de Dados Corporativo.....	16
4. Principais ações propostas.....	17
5. Benefícios da Implantação do PDTI.....	23
6. Pontos críticos para execução.....	23
7. Impactos da não execução do PDTI.....	23

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Este documento tem por objetivo apresentar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Prefeitura Municipal de São Luiz (PMSL) para o período 2013 a 2016.

Por se tratar de planejamento estratégico de Tecnologia da Informação, focado no “negócio fim” da organização, existem benefícios tangíveis tanto de redução de custos, como de oportunidades de aumento de receitas que podem ser explorados. É cada vez mais importante deixar de pensar em tecnologia como um custo e pensar no modo como a tecnologia pode agregar valor ao modelo de atuação e fazer com que esses investimentos se revertam em receitas, otimização de processos e novos serviços ofertados, necessários em um contexto cada vez mais dinâmico.

Em atendimento às diretrizes adotadas pela PMSL, dedicou-se atenção especial na identificação de oportunidades para o desenvolvimento de projetos e sistemas voltados para Inclusão Sócio Digital e Governo Eletrônico, principalmente aqueles com ênfase no relacionamento com o cidadão.

A Tecnologia da Informação busca estar alinhada ao plano de governo para que seja um facilitador na tomada de decisões, proporcionando condições a fim de cumprir com a crescente e ininterrupta demanda por soluções de forma ágil e eficiente.

A Tecnologia da informação pode ser um poderoso instrumento para ajudar as organizações a atingir seus objetivos, reduzir prazos em processos fundamentais, alterar profundamente a estrutura de custos, transformar completamente os meios de comunicação com os usuários das informações.

Entretanto, a tecnologia da informação, além de apresentar um grande nível de complexidade nas suas diversas características, envolve o dispêndio de grande volume de recursos.

Por isso, evidencia-se a necessidade de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação para adequar e organizar o uso da TI, nos seus vários aspectos. Somente um PDTI, em que são levantados os problemas atuais e os objetivos a serem alcançados, permite uma priorização correta e uma otimização na aplicação de recursos.

Em síntese, o PDTI identificou necessidades, potencialidades, oportunidades e deficiências, para subsidiar o desenvolvimento da TI, alinhado às políticas, estratégias e diretrizes organizacionais. Isto tudo, com foco muito claro e definido, visando ampliação e melhoria dos serviços prestados e a promoção de desenvolvimento tecnológico e social.

Este Plano tem, assim, por finalidade detalhar aqueles aspectos da gestão de Tecnologia identificados como de maior impacto presente e futuro. São eles:

- Situação atual da SEMIT
- Diretrizes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
- Plano de ação

No primeiro item se descreve a situação atual da Tecnologia na PMSL enfatizando aspectos importantes para seu desenvolvimento. Destacam-se neste item aspectos relacionados a organização e relacionamento Inter setorial, os recursos humanos, a infraestrutura tecnológica e os sistemas de informação corporativos.

Nas Diretrizes são traçadas as linhas mestras que devem direcionar o alinhamento estratégico da TIC na PMSL, incluindo a convergência tecnológica. O último item detalha o plano de ação a ser realizado.

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1.1. Finalidade

Apresentar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) que tem por objetivo apontar caminhos que possibilitem à PMSL alcançar seus objetivos e metas institucionais.

1.1.1 Qualidade

A qualidade deve ser uma meta constante em cada serviço executado, seja no desenvolvimento de novos sistemas, manutenção dos sistemas existentes, participação em projetos ou no suporte técnico.

1.1.2 Cidadania

Os recursos tecnológicos devem ser colocados a serviço do cidadão, tornando mais eficiente o atendimento, ampliando os serviços prestados e combatendo a exclusão digital.

1.2. Escopo

Este documento descreve o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da PMSL relacionando os requisitos pertinentes à SEMIT.

Para obtenção das informações foram empregadas reuniões em grupo, entrevistas individuais com os Superintendentes, preenchimento de questionários enviados através de ofícios e exame de documentações e contratos.

Este plano tem prazo de quatro anos, devendo ser periodicamente revisto.

2. Secretaria Municipal de Informação e Tecnologia

A Secretaria Municipal de Informação e Tecnologia - SEMIT, foi criada através da Lei nº. 4.529 de 26 de outubro de 2006 e alterada pela Lei nº 4.882/07 de 06 de dezembro de 2007, Órgão diretamente subordinado ao Prefeito de São Luís.

2.1. Missão

O SEMIT tem como missão oferecer soluções de informática robustas, confiáveis e eficazes e que permitam à realização da missão institucional da PMSL;

Avaliar a relação benefício/custo para opções tecnológicas e subsidiar a tomada de decisão dos gestores;

Manter os ativos tecnológicos e operacionalidades dos sistemas permanentemente atualizados;

2.2. Visão

Ser agente facilitador para a PMSL na busca de soluções tecnológicas confiáveis, robustas e eficientes e que assegurem a efetivação de metas da PMSL.

2.3. Valores

São valores da SEMIT:

Comportamento ético; comprometimento com o resultado; excelência técnica nas soluções; melhoria contínua e foco na qualidade.

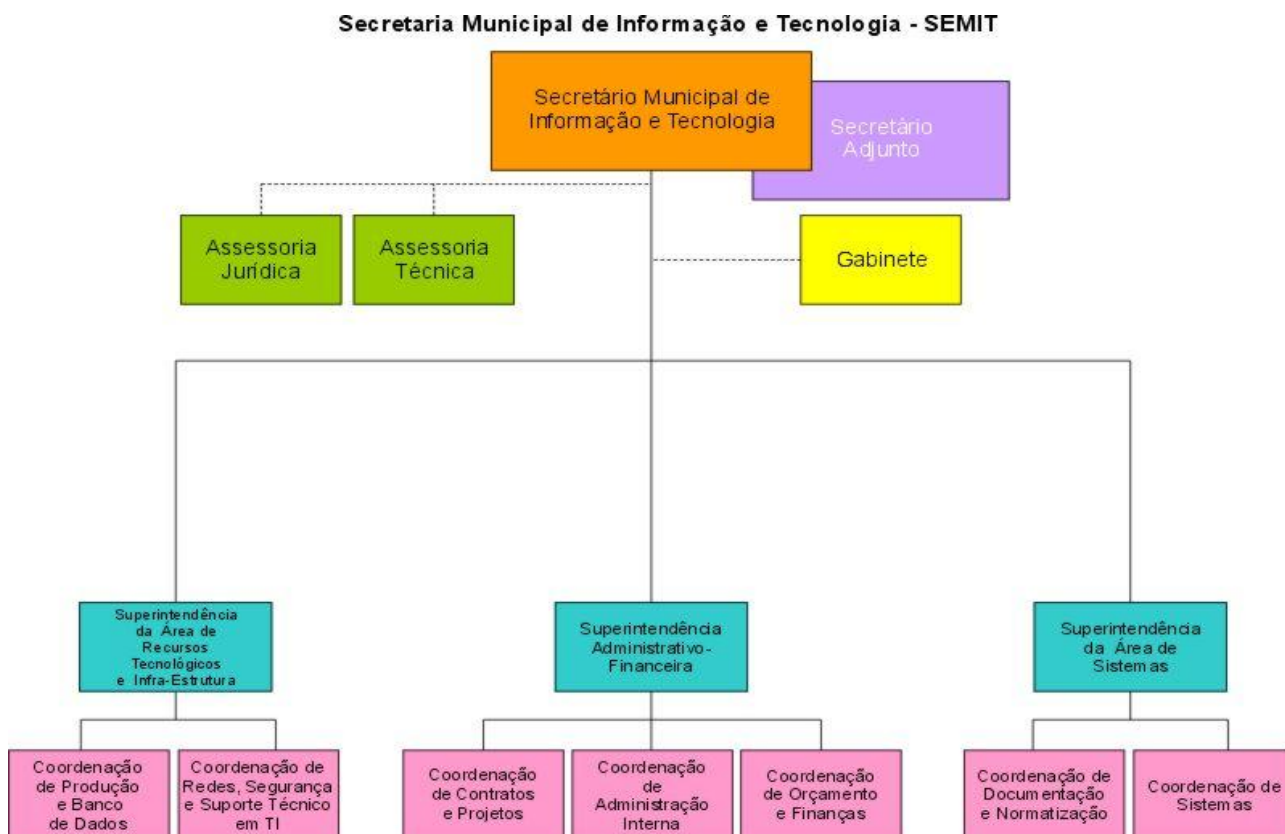
Estes valores assinalam o caráter público da atuação da SEMIT, seja por meio da permanente exposição ao crivo dos usuários, seja pelo comprometimento associado à condição de área responsável pela integridade e segurança da informação. Esta exposição requer a permanente busca da excelência e pressupõe a existência de um processo de avaliação e aperfeiçoamento constantes.

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2.4. Organograma

A SEMIT está organizada em três Superintendências: a Superintendência da Área de Recursos Tecnológicos e Infraestrutura, Superintendência Administrativo-Financeira e Superintendência da Área de Sistemas, conforme detalhado na Figura 1.

Figura 1 - Estrutura organizacional da SEMIT



2.5. Atribuições

São atribuições gerais da Secretaria Municipal de Informação e Tecnologia:

- Planejar, organizar, coordenar, controlar, avaliar, em nível operacional, os processos organizacionais da PMSL sob a sua respectiva responsabilidade;
- Promover a integração entre os processos organizacionais e estimular a adoção de instrumentos de mensuração de desempenho;
- Apresentar ao Prefeito as propostas orçamentárias de forma articulada com as demais Secretarias.
- Elaborar e atualizar regularmente suas respectivas rotinas e procedimentos;
- Coordenar as atividades de recursos humanos e o uso dos recursos técnicos e materiais disponíveis nas suas áreas de atuação, exercendo um controle permanente da qualidade dos serviços executados;.
- Responsabilizar-se pela gestão dos contratos e convênios das suas respectivas áreas de competência;

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

4. Situação Atual

4.1. Constatações:

Fazendo uma rápida análise um fato que precisa ser ressaltado é que São Luís é uma capital com mais de um milhão de habitantes, que possui uma estrutura formal para atender às demandas ligadas à área de Tecnologia da Informação. Porém não atua de acordo com o propósito de sua criação, e como uma prefeitura com o volume de serviços públicos existentes, pode conseguir desempenhar suas metas e objetivos, sem uma estrutura de apoio tecnológico ?

Cabem aqui 2 (duas) reflexões: a primeira é sobre o elevado grau de iniciativa e capacidade de execução do restrito grupo de pessoas responsáveis por esta área; a segunda diz respeito ao alto risco de executar-se um crescimento / expansão, sem as bases estruturais necessárias para suportá-lo.

Tal fato é muito grave e sensível e merece uma atenção especial por parte dos gestores da Prefeitura de São Luís.

Historicamente a Prefeitura Municipal de São Luís tem sofrido muito para desenvolver e estruturar sua área de TI, pois estas ações vêm sempre sendo colocadas em baixa prioridade pelas sucessivas gestões municipais.

Este tema é de extrema e vital importância, podendo inclusive ser considerado como o mais relevante aspecto deste PDTI. De nada vai adiantar inúmeras iniciativas, sistemas e aquisições de TI, se não existir uma “orquestração” destas atividades.

A organização formal da área de TI da PMSL pode ser comparada a uma “espinha dorsal”, pois vai dar a base e a sustentabilidade para todas as demais ações. De nada adiantará utilizar as mais evoluídas tecnologias e os softwares mais bem construídos, se não existir um ponto focal de gestão e garantia de continuidade.

É necessária uma estrutura central de gestão de TI, permitindo centralizar aquisições, estabelecer padrões, especificar necessidades, dentre outras atividades, sob a pena de, em caso contrário, todos os atuais investimentos terem sua efetividade e aproveitamento comprometidos.

Uma das primeiras ações da organização sugerida deverá ser a promoção de um concurso público para dotar a Prefeitura, de maneira estável, de técnicos de TI capacitada a concretizar os desafios e resolver os problemas inevitáveis, quando se deseja ascender a outro patamar técnico e administrativo.

Deste ponto irão se desdobrar inúmeros outros como por exemplo, avaliação do grau de terceirização desejado / necessário, internalização de serviços de TI, política de contratação, definição das compras e licitações, dentre outros.

4.2. Divergências e Inadequação Hierárquica dos Órgãos de TI

Quanto à organização da área de TI no âmbito interno de cada Secretaria, pode-se observar que o afastamento das atividades de TI do núcleo com poder de decisão pode gerar problemas, até pela maior dificuldade de comunicação e priorização de seus projetos e demandas, numa situação em que, cada vez mais, as instituições tornam-se dependentes da tecnologia.

4.3. Recursos Humanos Técnicos de TI

O êxito de qualquer Plano Diretor de Tecnologia da Informação depende, fundamentalmente, de recursos humanos capacitados e em número suficiente para a execução de tarefas complexas. Problemas ligados a recursos humanos em órgãos públicos são sempre de difícil solução. A excessiva terceirização pode provocar demasiada dependência externa e elevada vulnerabilidade quanto à manutenção da inteligência do negócio. Além disso, técnicos especializados bem qualificados obtêm, no mercado, salários muitas vezes incompatíveis com os praticados pela Prefeitura Municipal.

Por amostragem, a Prefeitura apresenta um percentual muito baixo de técnicos de TI com vínculo a PMSL, a grande maioria são terceirizados ou comissionados gerando uma excessiva dependência externa e a potencial volatilidade dos recursos humanos tornando complexa a manutenção da automatização da inteligência dos negócios da Prefeitura, além de dificultar a execução de projetos de longo prazo. Saliento aqui também que com esta situação os serviços terceirizados ficam sem a devida fiscalização das entregas feitas pelas empresas contratadas, não havendo controle nem consistências das informações recebidas.

4.4. Capacitação de Pessoal Técnico de TI

A adoção de padrões técnicos bem definidos provoca várias consequências extremamente favoráveis relacionadas à capacitação de pessoal:

- Redução dos custos de treinamento pela composição de turmas maiores provenientes de vários órgãos e pela massificação do ensino.
- Concentração do treinamento nas metodologias adotadas
- Facilidade de comunicação entre os técnicos dos diversos níveis da Prefeitura
- Elevação da qualidade dos serviços pelo uso das melhores práticas

4.5. Capacitação de Usuários Finais

A modernização da máquina pública passa, necessariamente, pela capacitação dos servidores municipais. Esta ação de capacitação deverá estar alinhada aos seguintes objetivos:

- Formalizar conceitos básicos apreendidos pelos servidores, fazendo com que o conhecimento acumulado a partir do uso do computador seja estruturado com a utilização de recursos didáticos adequados;
- Prover ao servidor o conhecimento completo do seu ambiente de trabalho, permitindo que o mesmo realize as suas atribuições de forma segura e eficaz;
- Estimular o conhecimento comparativo, habilitando o usuário à avaliação construtiva do seus sistemas, aplicativos e recursos tecnológicos, para o contínuo aperfeiçoamento do atendimento às demandas dos cidadãos.
- Atender às demandas de atualização tecnológica, provendo conteúdos e calendários de capacitação adequados à implantação dos seus novos sistemas;
- Oferecer aperfeiçoamento contínuo aos servidores.

4.6. Hardware

4.6.1. Diversidade de Configurações

Constatou-se uma grande diversidade de tipos de equipamentos. Conseqüentemente, isso acarreta maiores custos de manutenção e indica a ocorrência de compras excessivamente parceladas, o que, normalmente, implica em maiores preços de aquisição, ou seja, num determinado momento, juntando-se a demanda de diversos Órgãos numa só aquisição, os preços provavelmente serão menores.

4.6.2. Distribuição Quantitativa Atual e Necessidades

Baseado nas informações fornecidas pelos Órgãos que declararam necessidade de aquisição de equipamentos, haveria uma demanda reprimida para servidores e estações de trabalho. Essa forte demanda deve ser objeto de um projeto específico que avalie a real necessidade, dada a carência técnica apresentada pela maioria dos Órgãos e a provável falta de otimização no uso dos equipamentos existentes, originando uma compra global, garantindo uma padronização nos equipamentos adquiridos.

4.6.3. Proposição para aquisição/locação de Hardware

Como mostrado anteriormente, há uma completa falta de padronização nos equipamentos usados na Prefeitura.. As consequências disso são notórias:

- Dificuldades e elevados custos de manutenção
- Exigência de um número excessivo de peças de reposição, no caso de manutenção própria;
- Necessidade de diversificação das especialidades dos técnicos de manutenção.

A solução óbvia é centralizar e padronizar a aquisição de hardware, com a condicionante de ser suficientemente ágil de forma a não impactar a operação dos diversos órgãos. A principal vantagem, além das mencionadas relativas à manutenção, é a obtenção de menores preços em virtude de maiores volumes transacionados por cada procedimento de aquisição.

A amostragem conseguida através do preenchimento dos formulários apresenta uma forte demanda reprimida por hardware..

Essa demanda deve ser cuidadosamente reavaliada pois, como se sabe, os usuários costumam pedir ampliação de equipamentos antes de tentar otimizar o seu uso e, caso seja legítima, recomenda-se atender à solicitação dentro da forma aqui proposta. Se há uma real necessidade, a compra de equipamentos é uma pouco dispendiosa maneira de melhorar o funcionamento da Prefeitura.

Outra maneira de solucionar este problema é optar pela locação dos equipamentos demandados, pois isso já inclui a manutenção e pode-se incluir o consumo de suprimentos.

4.7. Infraestrutura de Comunicação, Telefonia, Redes LAN e WAN

A PMSL conta com uma rede denominada Rede de Transmissão de Dados, que disponibiliza correio eletrônico e internet para parte dos órgãos municipais.

As secretarias estão interligadas via rede de rádio, em padrão wi-max, através de um sistema CANOPY, de tecnologia Motorola, a partir de dois clusters: um na Alemanha e outro no prédio do BEM. Há também alguns prédios conectados via fibra óptica.

4.7.1. Rede Corporativa Metropolitana Melhoria e Ampliação

A tendência nos sistemas de comunicações governamentais é a convergência das redes tradicionais de telefonia, wireless e Internet, hoje providas separadamente, para uma única infraestrutura de transmissão em pacotes. Da convergência para uma infraestrutura inteligente e altamente eficiente, derivarão acesso universal e uma gama de novas oportunidades para tecnologias, aplicações e serviços da PMSL.

Com a finalidade de aumentar a produtividade do usuário da prefeitura e expandir suas capacidades de atendimento ao munícipe enquanto reduz os custos de administração de rede. As soluções de redes convergentes foram projetadas para ativar uma largura de banda alta, convergindo voz, vídeo e dados em um único fluxo de transmissão, que pode ajudar a PMSL a se beneficiar dos avanços tecnológicos mais recentes em educação, saúde, administração e outras áreas.

Com isso em uma mesma rede composta por soluções de fibra óptica e rádios (INFOVIA) será possível trafegar dados, voz e imagem de todas as secretarias minimizando os gastos com operadoras e redes proprietárias.

Para isso o projeto de melhoria da rede de dados deve ser implantado em fases, sempre levando em consideração o Retorno de Investimento e a melhoria na qualidade de atendimento ao munícipe.

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Objetivos:

- Modernização da máquina pública;
- Maior agilidade para a gestão financeira e orçamentária do Município;
- Redução dos custos diretos, como por exemplo, em contas telefônicas a partir da implantação de um sistema de telefonia sobre a rede de dados (VoIP) entre os órgãos;
- Melhoria do monitoramento dos serviços municipais;
- Implementação de novos instrumentos de difusão cultural;
- Inclusão sócio digital;
- Democratização no acesso a serviços e informações de governo;
- Oferta de novos serviços e desenvolvimento de novos sistemas de informação.

Uma adequada infraestrutura de comunicação é fundamental para garantir a eficácia e a eficiência das atuais iniciativas na PMSL viabilizando as condições necessárias para o uso da TI na qualificação dos serviços públicos.

Neste aspecto deve ser dada especial atenção ao projeto da nova rede de dados denominada Rede Corporativa Metropolitana por seu caráter estruturante das ações em curso.

É importante ressaltar a relevância da Rede Corporativa Metropolitana para que as ações em curso sejam efetivamente percebidas pela população uma vez que as mesmas necessitam de uma efetiva integração entre os diversos órgãos da PMSL para seu correto funcionamento.

Deve ser ressaltado que a implantação da Rede Corporativa Metropolitana já foi iniciada pela Prefeitura Municipal de São Luiz, seja pela contratação de uma consultoria para elaboração do projeto, seja pelo efetivo início das ações necessárias para a sua execução como as relacionadas a seguir:

- Avaliação e Reestruturação das Redes LAN dos Diversos Órgãos;
- Implantação do Data Center;
- Sala Cofre Segura;
- Equipe de Operação do Data Center;
- Equipe Técnica de Gerenciamento e Operação da Rede (Service Desk);
- Implantação da Rede WIMAX;
- Implementação da Política de Segurança;

Entretanto, por sua diversidade de componentes, este projeto necessita e deve contar com um gerente ou equipe dedicada ao seu acompanhamento, que garanta a execução de suas etapas na sequência e tempos adequados à efetividade das ações em execução.

Caberá a este gerente e / ou equipe, a elaboração de um cronograma global do Projeto Rede Corporativa Metropolitana, o acompanhamento da execução de cada etapa / componente, a elaboração de termos de referencia e demais especificações que garantam o atendimento dos prazos e aderência aos padrões e necessidades da PMSL.

Uma vez implementada a Rede Corporativa Metropolitana, mesmo em uma etapa inicial, a Administração Municipal poderá prosseguir com suas ações e projetos tais como: ampliação dos laboratórios em escolas, adoção de telefonia VoIP, dentre outras iniciativas.

Outra tecnologia inovadora que merece atenção neste segmento, diz respeito às soluções de otimização / aceleração de redes de longa distância WAN - Wide Area Network entre os diversos órgão geograficamente distribuídos. Tais soluções permitem expressivas melhorias dos canais de comunicação, além de acelerar as aplicações e viabilizar redução de infraestruturas remotas, tudo isto com um retorno de investimento de muito curto prazo.

4.7.2. Adoção de plataformas VoIP (telefonia IP)

A tecnologia de redes de comunicação, usadas inicialmente para o transporte de dados nas empresas, atingiu um estágio tecnológico que permite a ampliação dos serviços agregados viabilizando a chamada convergência. Neste novo cenário estas novas redes congregam, além das aplicações de dados, o tráfego de voz e imagem.

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A tecnologia VoIP (voz sobre IP) possibilita que exista uma comunicação por voz sobre uma rede digital de dados em protocolo IP (Internet protocol).

Sendo que a Rede Corporativa Metropolitana operará em protocolo IP, é plenamente possível carregar tráfego de voz sobre ela.

Uma vez que esta rede de dados possui um custo fixo mensal, independente da quantidade de dados transmitidos e/ou recebidos, é possível trafegar toda a comunicação de voz suportada pela rede sem nenhum custo adicional.

Considerando que a voz é convertida para formato digital (dados), e os mesmos trafegarão na Rede Corporativa Metropolitana, não existirá nenhuma forma de cobrança por tempo (minutos) sobre as chamadas efetuadas entre os órgãos da Prefeitura Municipal de São Luiz integrados a mesma.

Estes novos benefícios tem levado as organizações a optarem por centrais VoIP em detrimento aos PABX convencionais pois a ampla gama de funcionalidades, a total flexibilidade na ampliação no número de ramais aliada a possibilidade do efetivo controle e acompanhamento das despesas com a telefonia justificam o investimento nesta nova tecnologia.

4.8. Segurança da Informação

4.8.1. Ausência de Política de Segurança

Não existem procedimentos padronizados de gerência de segurança da informação nos Órgãos da PMSL, os quais a tratam através de iniciativas isoladas, de forma inadequada e incompleta. De uma forma geral, pode-se dizer que os cuidados com a segurança da informação são insuficientes e a vulnerabilidade da Prefeitura nesse aspecto pode provocar graves danos de difícil recuperação. Para se ter uma ideia, basta que se diga da precariedade dos sistemas contra incêndio existentes e que, a maioria dos Órgãos não mantêm backups em locais externos e seguros.

4.8.2. Implementação de uma Política de Segurança da Informação

Como garantia da integridade e bom funcionamento de sistemas informatizados é fundamental que a PMSL implemente uma Política de Segurança da Informação.

a) Paradigmas Básicos

Uma Política de Segurança da Informação deve seguir 4 (quatro) paradigmas básicos em sua composição:

- **Integridade:**

A condição na qual a informação ou os recursos da informação são protegidos contra modificações não autorizadas.

- **Confidencialidade:**

Propriedade de certas informações de não poderem ser disponibilizadas ou divulgadas sem autorização prévia do seu dono.

- **Disponibilidade:**

Característica da informação que se relaciona diretamente à possibilidade de acesso por parte daqueles que a necessitam para o desempenho de suas atividades.

- **Legalidade:**

Estado legal da informação, em conformidade com os preceitos da legislação em vigor.

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

b) Principais Ameaças

As principais ameaças que devem ser tratadas pela da Política de Segurança da Informação são:

- Integridade:
 - Ameaças Ambientais (Fogo, Enchente, Tempestade, ...)
 - Erros Humanos
 - Fraudes
 - Erros de Processamento
 - Indisponibilidade
 - Falhas em Sistemas ou nos Diversos Ambientes Computacionais
- Divulgação de Informações Confidenciais
 - Premeditada
 - Acidental
- Alterações Não Autorizadas
 - Premeditada
 - Acidental

c) Controles Necessários em uma Política de Segurança da Informação

A Política de Segurança da Informação deve prover controles nos ambientes corporativos, quais sejam:

- Software de Detecção de Vírus e Cavalos de Tróia
- Software de Controle de Acesso Lógico
- Mecanismos de Controle de Acesso Físico

d) Requisitos Mínimos da Política de Segurança da Informação

A Política de Segurança da Informação deve possuir os seguintes requisitos mínimos, quais sejam:

- Agentes envolvidos na Segurança da Informação:
 - GESTOR DA INFORMAÇÃO: O indivíduo responsável por tomar decisões em nome da organização no que diz respeito ao uso, à identificação, à classificação e à proteção de um recurso de informação específico.
 - CUSTODIANTE: Agente responsável pelo processamento, organização e guarda da informação.
 - USUÁRIO: Qualquer pessoa que interaja diretamente com o sistema computadorizado. Usuário autorizado é aquele com poderes de adicionar ou atualizar a informação. Em alguns ambientes, o usuário pode ser o proprietário da informação.
- Classificação das Informações.
 - Classificar todas as informações segundo o seu grau e teor críticos:
 - Informações Confidenciais: Devem ser disseminadas somente para alguns colaboradores nomeados da organização.
 - Informações Corporativas: Devem ser disseminadas somente dentro da organização.
 - Informações Públicas: Podem ser disseminadas dentro e fora da organização.
- Política de Acessos Externos à Organização:
 - Definição de Convênios para Acesso às Bases de Dados Corporativas.
 - Criptografia.

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Certificação.
- Log de Acessos.
- Configuração de Firewall.

- Política de Uso da Intranet:
 - Padrão de Home-Pages.
 - Padrão de Gerenciamento de Rede.
 - Padrão de Distribuição de Versões de Software.
 - Modelo de Identificação de Pirataria.
 - Padrão de Atualização de Antivírus.

- Política de Uso da Internet:
 - Acesso de Colaboradores ao Provedor Corporativo.
 - Padronização da Home-Page Institucional e de Disponibilização de Serviços.
 - Criptografia.
 - Certificação.
 - Configuração de Firewall.
 - Roteamento.
 - Definição de Eventos Mínimos a serem Logados nos Sistemas Corporativos
 - Trilhas de Auditoria.

- Política de Backups.

- Política de Uso de Software:
 - Controle Antipirataria.
 - Definição da Linha Mestra dos Softwares Utilizados por Ambiente Computacional.

- Política de Acesso Físico:
 - Controle de Acesso Físico.
 - Definição de Ambientes Físicos de Alta Criticidade ?.
 - Monitoração de Ambientes.
 - Política de Acesso Lógico:

- Política de Senhas e Identificação de Usuários.
 - Definição de Perfis de Acesso aos Ambientes e Aplicativos.
 - Log de Eventos Mínimos nas Transações
 - Dia e Hora do Acesso.
 - Endereço Eletrônico de Quem Acessou.
 - Ações Executadas.

4.8.3. Contratação de Consultoria Específica

A implantação de uma Política de Segurança da Informação transcende aos objetivos deste PDTI e por sua importância estratégica deve ser objeto de consultoria que preveja seu efetivo planejamento e implementação.

4.8.4. Implementação de Soluções Robustas

Além da implantação de uma política de segurança é necessário que a Prefeitura garanta o efetivo cumprimento destas novas orientações o que é feito através de ativos como:

- Antivírus
- AntiSpam
- Sistemas de Backup
- Firewall
- VPN – Virtual Private Networks (Redes Virtuais Privadas)
- Filtros WEB
- Controle Acesso à Rede Local LAN – Local Area Network

4.9. Data Center

O projeto do Data Center a ser implantado na SEMIT é de importância pois a estrutura atual está obsoleta e sem manutenção gerando grande risco a Prefeitura. Com uma estrutura adequada para o abrigo de seus ativos de TI, atuará também como centro da Rede Corporativa Metropolitana. e garantirá um alto nível de segurança e um elevado grau de disponibilidade das informações.

4.10. Sistemas de Informação

4.10.1. Ausência de Padrão

Não existem padrões de processo de software, nem algum tipo de metodologia de desenvolvimento de sistemas.

Quanto às metodologias de gerência de projeto, das quais o PMBOK é a mais difundida, nenhum Órgão segue qualquer padrão.

Esta diversidade de ferramentas de desenvolvimento e sistemas gerenciadores de bancos de dados é parcialmente justificável pela enorme velocidade das mudanças de tecnologias a que todos estamos expostos, porém o excesso detectado também se deve à falta da definição e implementação de uma política de padronização de tecnologias a serem adotadas em todo o âmbito da Prefeitura.

4.10.2. Redundância

Alguns Órgãos usam sistemas diferentes para objetivos semelhantes. O mesmo sistema, porém, implantado localmente.

4.10.2.1. Sistemas Redundantes

Protocolo Recursos Humanos Almoxarifado Patrimônio Controle de Frequência Financeiro / Tesouraria Um ambiente de escassos sistemas integrados provoca, necessariamente, uma multiplicidade de dados e processos repetidos, intensificada por sistemas redundantes.

4.10.3. Baixo Nível de Integração

Quando pensamos em ações no sentido da implantação de sistemas corporativos integrados e BI (Business Intelligence), a PMSL terá graves problemas, entre os quais se pode destacar:

- Inconsistência: informações obtidas em sistemas diferentes são incompatíveis entre si;
- Dificuldade na obtenção de informações completas e confiáveis;
- Custo de armazenamento de dados iguais, ou que deveriam ser iguais;
- e, principalmente, Custo de manter sistemas com funções semelhantes, em diferentes locais, eventualmente utilizando diferentes tecnologias.

4.10.4. Proposição:

4.10.4.1. Redefinição de Atribuições da Gestão de Sistemas

Criação de um escritório de projetos (Comitê)

4.10.4.2. Atribuições

4.10.4.2.1. Projetos:

- Captar, consolidar e organizar as demandas por novos sistemas de informação solicitados pelas unidades da operacionais da PMSL
- Coordenar o desenvolvimento de sistemas novos e da evolução dos existentes;
- Disponibilizar os sistemas/evoluções para que sejam colocados em produção;
- Verificar a aderência da execução dos projetos de sistemas/evoluções à MDS (Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas);
- Validar a documentação gerada em projetos e/ou evoluções aos padrões preconizados pela PMSL;
- Elaborar projetos básicos para contratação de novos sistemas ou para a evolução dos existentes.

4.10.4.2.2. Apoio/Documentos

- Captar, consolidar e organizar as demandas relacionadas a correções em sistemas de informação da PMSL
- Coordenar as correções de sistemas em produção;
- Manter a documentação de sistemas permanentemente atualizada;
- Revisar, validar e organizar toda a documentação gerada nas correções de sistemas em produção com os padrões da PMSL.

4.10.4.2.3. Testes/Qualidade do Produto

- Realizar testes de software (Unitário e Integrado) nos sistemas desenvolvidos bem como nas evoluções e correções efetivadas;
- Liberar sistemas, correções e evoluções desenvolvidos para que sejam colocados em produção;
- Aferir a aderência de sistemas, evoluções ou correções desenvolvidos aos padrões de qualidade de software;

4.10.4.2.4. Suporte à qualidade da informação corporativa

- Propor melhorias nas estruturas para definição, consulta e manipulação de Banco de Dados para garantir a performance dos Sistemas da PMSL;
- Zelar pela garantia da integridade das informações constantes nas bases de dados da PMSL (aderência a regras de negócios, padrões corporativos etc.)
- Fornecer informações sobre sistemas e garantia de qualidade da informação mediante solicitações das áreas da PMSL;
- Propor e implementar regras para fornecimento de informações para a PMSL;

4.10.4.2.5. Treinamento de Sistemas/ Capacitação dos Usuários

- Realizar treinamento de usuários internos e externos no uso de Sistemas de Informação sob-responsabilidade da SEMIT
- Desenvolver manuais para usuários internos e externos dos sistemas de informação da PMSL;
- Capacitar os usuários internos e externos na operação dos sistemas;
- Propor a adoção de soluções na área de treinamento.

4.11. Software

4.11.1. Softwares

Baseado nas informações de Órgãos da Prefeitura, os softwares utilizados são:

Linux Windows 2003 Windows 2000 Windows NT Windows XP

Oracle MS SQL Server

Microsoft Office XP, Microsoft Office 2007, Microsoft Office 2003, Microsoft Office 2000, Microsoft Office 97

4.11.2. Ausência de Homologação dos Softwares

A maior parte do software utilizado não possui licença de uso. Além de grande variedade de versões, dificultando a manutenção e administração.

4.11.3. Plataforma de Banco de Dados Corporativo

Como pode ser observado, a PMSL conta hoje com uma grande diversidade de SGBD's - Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados, atendendo a seus sistemas corporativos.

Esta grande disparidade leva a diversas dificuldades no desenvolvimento das aplicações, na administração e suporte aos mesmos bem como impõe restrições para a efetiva integração e interoperabilidade entre os sistemas e órgãos.

Neste cenário a padronização de um único SGBD para a Prefeitura, sem dúvida permitirá uma significativa redução nos custos de propriedade e melhoria nos processos de integração e desenvolvimento.

O momento atual é propício a isto uma vez que os sistemas corporativos utilizam o SGBD Oracle que de fato está vindo a se tornar padrão.

Uma decisão destas é possível mas depende de uma análise criteriosa das características dos sistemas e das ferramentas utilizadas para os seus desenvolvimentos, o que excede às atribuições deste PDTI.

Fica entretanto como recomendação do PDTI que a Administração Municipal contrate uma consultoria para realizar uma avaliação específica da viabilidade de utilização total / parcial de uma Plataforma de Banco de Dados única.

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5. Principais ações propostas

PROJETO – 1	Aquisições de Estações de Trabalho
FINALIDADE	Atualização tecnológica do parque de computadores da administração direta e indireta.
JUSTIFICATIVA	A aquisição de microcomputadores realizada de forma descentralizada acarreta a falta de padronização, gerando custos adicionais para gerenciamento deste parque, além de perdas econômicas pela falta de planejamento destas compras.
PROJETO – 2	Aquisição de Servidores
FINALIDADE	Aumento da capacidade de nosso Data center melhorando a infraestrutura oferecida nossos usuários
JUSTIFICATIVA	Para termos condições de implantarmos os projetos citados acima precisamos aumentar a capacidade de processamento de nosso data center.
PROJETO – 3	Aquisição de Storage
FINALIDADE	Aumento da capacidade de armazenamento de informações de nosso Data Center.
JUSTIFICATIVA	Para termos condições de implantarmos os projetos citados acima precisamos aumentar a capacidade de armazenamento de nosso data center.
PROJETO – 4	Conectividade - Infovia
FINALIDADE	Contratação de serviços para interligação em alta velocidade de diversos pontos de presença municipais. Compondo uma rede com capacidade para trafegar dados, imagens, e voz.
JUSTIFICATIVA	Permitir a interligação dos diversos endereços municipais (escolas, ub's, creas, cras etc) possibilita a disponibilidade dos sistemas de informação, ganhos no acesso a internet e economia no gasto em telefonia fixa.
PROJETO – 5	Rede de Comunicação sem fio (Hot Spot)
FINALIDADE	Implantar rede de comunicação sem fio gerenciável e segura em diversos equipamentos da administração municipal, visando o acesso gratuito à internet.
JUSTIFICATIVA	Prover conectividade no padrão WiFi à população que não tem acesso à internet.
PROJETO - 6	Sistema de Atendimento ao Munícipe
FINALIDADE	Sistema via internet e suporte para o 0800, que permite o cadastramento e consulta de serviços solicitados pela população à Prefeitura. Integração com a Ouvidoria do Município. Rever o fluxo de serviços prestados pela Praça de Atendimento e acompanhar o tramite interno destes serviços. Melhorando a qualidade de atendimento e diminuindo o afluxo de munícipes na PMSL. Implantar mecanismos para atualização cadastral.

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

JUSTIFICATIVA	<p>Abrange todas as áreas da PMSL que prestam serviços aos municípios, como poda de árvore, tapa buraco, gerenciamento de reclamações. Permitindo o acesso rápido e fácil para o acompanhamento e resolução das solicitações.</p> <p>Para as áreas, facilita o acompanhamento dos trabalhos realizados. Permite acompanhar os indicadores qualitativos e quantitativos de desempenho.</p> <p>A missão da Praça de Atendimento é fazer com que o munícipe tenha suas solicitações atendidas com uma única visita à PMSL. Há necessidade de rever fluxos relevantes para o cumprimento desta missão.</p>
PROJETO - 7	PROTOCOLO – Acompanhamento de Processos Administrativos – GED
FINALIDADE	Atualização Tecnológica do Sistema hoje existente. Desenvolvimento de novos módulos e incorporação de GED e disponibilização em tempo real na WEB. Integração com o Sistema de Atendimento ao Munícipe
JUSTIFICATIVA	Modernizar e agilizar o trâmite e acompanhamento eletrônico de processos. São abertos anualmente milhares de novos processos administrativos na PMSL. A falta de uma ferramenta que possa melhor monitorar estes processos gera grandes transtornos e prejuízos à administração. Capturar imagens, armazenar e indexar os dados. Facilitar a localização e recuperação das informações existentes em documentos e dados eletrônicos. Gerenciar fisicamente os documentos.
PROJETO – 8	PORTAL DO SERVIDOR
FINALIDADE	Possibilitar acesso via web para servidores ativos, aposentados e pensionistas a informações relevantes, com senha de acesso
JUSTIFICATIVA	Com a implantação deste portal, totalmente integrado ao Sistema de RH, os funcionários públicos municipais terão acesso a demonstrativo de pagamento, informe de Rendimentos, contagem de tempo, marcação de férias. A economia com gastos em papel e impressão será significativa, eliminando também espaço físico para guarda de documentos e processos.
PROJETO - 9	CONTROLE DE PONTO
FINALIDADE	Implantação de Sistema interativo para Controle de Ponto, ampliação dos mecanismos de registro de ponto, garantindo uniformização no registro e apontamento.
JUSTIFICATIVA	Administrar igualmente o Controle de Ponto e Frequência de todos os funcionários públicos, implantando um Regime de Controle de Frequência que seja único em sua apuração. Para tanto se faz necessário expandir os mecanismos de marcação de ponto. Assim sendo o Sistema para Controle de Ponto deve garantir maior flexibilidade e modernidade, permitindo o uso de ferramentas gerenciais para a descentralização dos apontamentos e justificativa, totalmente integrando com o Sistema de RH.

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROJETO – 10	BI - Business Intelligence
FINALIDADE	O crescimento organizacional da PMSL com base no dados extraídos de seus vários Sistemas, integrando estas múltiplas fontes para transformar os registros obtidos em informação útil para o conhecimento do negócio.
JUSTIFICATIVA	Acesso à informação de qualidade que permita a PMSL conhecer melhor a sua realidade, quer seja interna, quer seja voltada para o munícipe , permitindo-lhes obter indicadores preciosos para melhorar o desempenho da sua atuação e a inovação tão necessária ao seu crescimento.
PROJETO – 11	ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS
FINALIDADE	Acompanhamento físico e financeiro dos projetos Estratégico do governo via web.
JUSTIFICATIVA	Acompanhar em tempo real as fases de planejamento, organização e execução dos projetos do governo. Facilitar a tomada de decisão. A proposta via web permite o acesso de qualquer ponto onde haja acesso com ou sem fio.
PROJETO - 12	GEO - SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS
FINALIDADE	Ampliar a integração dos diversos cadastros da PMSL, imobiliários, uso do solo, saúde, sociais, educação, etc. Proporcionando uma visão integrada da infraestrutura da cidade.
JUSTIFICATIVA	Através de mapas temáticos e ferramentas de suporte à decisão, fornecer visões geográficas. Obter informações sobre área construída, facilitando a atuação da área imobiliária para estudos sobre arrecadação de IPTU. Direcionamento dos departamentos que trabalham com fiscalização, obtendo melhores resultados com fiscalizações dirigidas e programadas.
PROJETO - 13	BANCO DE DADOS - Unificação de Banco de Dados
FINALIDADE	Migração dos Sistemas que utilizam Banco de Dados SQL para o Banco de Dados Oracle
JUSTIFICATIVA	Maior integração entre as informações, utilização de Banco de Dados que facilita o Georeferenciamento. Diminuir redundância de Dados.
PROJETO - 14	TELEFONIA - VOIP
FINALIDADE	Integração da rede de telefonia da PMSL visando redução nos gastos com telefonia. Conectar diretamente à rede de computadores, recebendo voz e dados, promovendo uma integração completa na rede.
JUSTIFICATIVA	Centralizar e gerenciar o grande volume de chamadas telefônicas efetuadas entre os entes. Unificar as tecnologias para a integração dos PABX's diminuindo linhas diretas e isoladas, tornando as chamadas ramal a ramal sem custo.

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROJETO -15	CONTROLE DE EQUIPAMENTO - Help Desk
FINALIDADE	Consolidar o Sistema de Help Desk para o controle de abertura de chamados, informações patrimoniais. Utilizando metodologia ITIL.
JUSTIFICATIVA	Melhoria na qualidade de atendimento, utilização da ferramenta para medir grau de atendimento e satisfação do usuário. Melhora na segurança dos equipamentos e rastreabilidade de informações.
PROJETO - 16	CREAS – Rede de Atenção Social – Especial
FINALIDADE	Desenvolvimento de Sistema para acompanhamento dos vários programas de Atenção Especial na área de Assistência Social. Geração de histórico e estatístico que possam balizar futuras intervenções na área social.
JUSTIFICATIVA	Temos necessidade de acompanhamento dos casos atendidos, com visibilidade das várias etapas. Controle das prestações de contas dos conveniados e Ong's
PROJETO - 17	Atendimento aos Moradores de Rua
FINALIDADE	Desenvolvimento de Módulo para atender as necessidades do programa de Atendimento aos Moradores de Rua
JUSTIFICATIVA	Melhor controle dos moradores de rua. Visualização direcionada para este seguimento, orientação com dados mais apurados pra tomada de decisão.
PROJETO – 18	PROJETO UNIFAMILIAR – ON LINE
FINALIDADE	Automatizar a análise de projetos de construção residencial unifamiliar em lote vago
JUSTIFICATIVA	Agilizar os procedimentos de análise e aprovação de projetos desta natureza. Proporciona a uniformidade da análise, rapidez e facilidade para o munícipe.
PROJETO - 19	BILHETERIA DO TEATRO
FINALIDADE	Desenvolvimento do controle de bilheteria pra o Teatro Municipal, com controles e acessos para as companhias de teatro. Disponibilizar via web à compra de Ingresso
JUSTIFICATIVA	Emissão de bilhetes, reserva de acentos, controle de fluxo de caixa, emissão de borderaux. Facilitar aos espectadores a compra e consulta da programação teatral. Modernização da Bilheteria
PROJETO - 20	MUSEU NA WEB
FINALIDADE	Através da informatização do acervo, trazer melhorias funcionais e organizacionais para a instituição, seus usuários e visitantes. A digitalização dos documentos iconográficos e a criação de um banco de dados do acervo permitirão avanços consideráveis no atendimento ao público.

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

JUSTIFICATIVA	Atender as necessidades de organização e administração da instituição com a informatização. Garantir e melhorar a preservação e segurança do acervo histórico referencial da memória de São Luís. Disponibilizá-la com fácil acessibilidade ao público interessado.
PROJETO - 21	SISTEMA DE BIBLIOTECAS - WEB
FINALIDADE	Revisão e modernização do Sistema existente. A aplicação deve ser voltada ao atendimento WEB. Propiciar maior acessibilidade aos consulentes. Catálogo de periódicos integrados.
JUSTIFICATIVA	Oferecer atendimento de qualidade aos usuários e ser fonte de informação, no formato eletrônico, disponibilizadas para os usuários. Catálogo de nosso acervo através da Internet permitindo que um público mais amplo tenha acesso a novas informações e novos conhecimentos.
PROJETO - 22	Sistema da Educação
FINALIDADE	Consolidar na rede da Educação, implantar definitivamente em toda a rede, permitindo assim a gestão das escolas em vários níveis. Disponibilizar o acompanhamento de notas e frequência escolar via web.
JUSTIFICATIVA	Facilitar o controle do cadastro dos alunos, dados pessoais, familiares e pedagógicos. Gerir a rede de ensino, gestão das pessoas, orçamento, distribuição de professores. Fornecer informações em tempo real aos pais de alunos.
PROJETO - 23	Serviços na Web
FINALIDADE	Ampliar a rede de serviços prestados via web. Levantamento com as áreas envolvidas e adequação de processos para disponibilização aos munícipes e os contribuintes fora do município.
JUSTIFICATIVA	Disponibilizar atendimento de qualidade e alto índice de resolutividade. Ampliar os canais de atendimento aos contribuintes, redução dos atendimentos presenciais e conseqüentemente a melhoria da prestação de serviços
PROJETO - 24	AUTOATENDIMENTO
FINALIDADE	Permitir o acesso de todos os munícipes aos serviços de redes digitais de informações destinadas ao acesso público. Implantação em locais de interesse, descentralizando o atendimento. Aumentar o alcance dos serviços prestados.
JUSTIFICATIVA	Oferecer aos munícipes a oportunidade de utilizar os serviços da PMSL com qualidade, visando atendimento rápido e eficaz. Aumentar o acesso do cidadão aos serviços prestados, promover a inclusão digital. Redução das filas e dos custos na Praça de Atendimento.
PROJETO - 25	PRÓPRIOS MUNICIPAIS

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

FINALIDADE	Desenvolvimento de Sistema que incorpora as informações em relação aos imóveis públicos. Conhecimento do valor patrimonial da PMSL
JUSTIFICATIVA	Agregar as informações do DDPU/Patrimônio/Imobiliário/DCURB em relação aos próprios municipais. Maior controle dos próprios municipais, adequação de documentação legal. Registrar os bens públicos.
PROJETO – 26	MULTAS DE TRÂNSITO
FINALIDADE	Apropriação de conhecimento e tecnologia para gerenciamento das multas de trânsito.
JUSTIFICATIVA	Desenvolvimento de Sistema para controle e arrecadação de multas de trânsito de competência municipal. Integração com os módulos de Cobrança Amigável e Ajuizamento.

5. BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DO PDTI

- Aumento na segurança e disponibilidade dos dados e das informações da PMSL;
- Facilidade de operação conjunta das áreas de TI dispondo a qualquer usuário informações que auxiliam no conhecimento das atividades, metas e organização da SEMIT
- Aumento da integração entre as gerências
- Possibilidade da adoção de uma política de economicidade na aquisição dos recursos de TI;
- Evidência da contribuição do SEMIT no cumprimento da missão da PMSL;
- Melhoria da comunicação Inter setorial para o desenvolvimento de soluções informáticas robustas e confiáveis.

6. PONTOS CRÍTICOS PARA EXECUÇÃO.

- Gestão descentralizada de TI nas secretarias através de superintendências de Informação
- Adequação do quantitativo de pessoal da SEMIT
- Treinamento e capacitação de recursos humanos
- Atualização e adequação do parque tecnológico (hardware e software)
- Atualização dos procedimentos de especificação e engenharia de sistemas
- Gestão eficiente de projetos
- Comprometimento das áreas fim;
- Garantia de continuidade na interlocução com áreas demandantes
- Garantia de gestão eficiente da informação pelas áreas detentoras de sistemas.

7. IMPACTOS DA NÃO EXECUÇÃO DO PDTI

- Elevado risco de redução na capacidade operacional da PMSL;
- Decisões tomadas com base em informações não confiáveis;
- Perdas de dados em caso de incidentes e acidentes;
- Comprometimento do objetivo da melhoria da satisfação dos usuários de Sistemas de Informação e da Infraestrutura de Informática;
- Ineficiência no uso da infraestrutura de TI;
- Aumento da vulnerabilidade da infraestrutura de TI;
- Limitação técnica dos interlocutores na utilização dos métodos e técnicas de TI dificultando a melhoria na comunicação Inter setorial;
- Baixa qualidade dos serviços prestados pela TI
- Falta de transparência para a organização das metas, objetivos e atividades da TI;
- Aumento da desmotivação da equipe de TI.